Data 02/05/2016 fls

Rubrica ID:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

PROCURADORIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2019.

Parecer nº 10/2019 - GTA

Ref.: Processo: E-07/002.5077/2016

Análise da legalidade do processo de apuração de infração administrativa ambiental. Tempestividade do recurso. Sugestão pelo desprovimento do recurso apresentado.

### I.RELATÓRIO

## 1.1 - Histórico do processo

Trata-se de apuração de infração administrativa ambiental em face de Agropecuária Águas de Saquarema Ltda, imposta com fundamento no artigo 64 da Lei 3.467/2000, pela perfuração de poços para extração de água subterrânea e operação sem a devida autorização; comercialização de água bruta através de carros pipas de terceiros sem controle de finalidade de uso da destinação final, sem outorga (Auto de Infração nº SUPLAJEAI/00148546 – fl. 17).









Proc. E-07/002.5077/2016 Data 02/05/2016 fls. Rubrica iD:

### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Inaugurou o processo em referência a emissão do Auto de Constatação nº SUPLAJCON/01014548 (fl. 03); após vistoria (fls. 04/07) ter constatado:

> "Atividade de extração e comercialização de agua bruta subterrânea utilizando diversos poços irregulares e com licença vencida (...) e comercialização de agua através de carros pipas de terceiros, sem controle de finalidade de uso e destinação final".

Ato contínuo, foi emitido o Auto de Infração nº SUPLAJEAI/00148546 (fl. 17), com base no artigo 64 da Lei Estadual nº 3.467/00, que aplicou a sanção de "Multa" no valor de R\$ 19.016,45 (dezenove mil e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos). Inconformada a Autuada apresentou Impugnação ao Auto de Infração (fls. 20/37).

## 1.2 - Da decisão da impugnação

Consta à fi. 51 decisão do diretor de pós-licença que indeferiu a impugnação apresentada, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração.

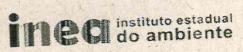
A autuada foi notificado do indeferimento da impugnação em 14/11/2018, tendo apresentado Recurso Administrativo em 29/11/2018.

## 1.3 - Das razões recursais da Autuada

No recurso apresentado às fls. 55/66, a Autuada alega, em síntese, que: (I) desconhecia a exigência legal de renovação da licença ambiental; (II) que encontrava-se com o empreendimento inoperante; (III) que não lhe fora garantido direito ao contraditório e a ampla defesa; (IV) que o valor da multa aplicada é desproporcional à conduta praticada; (V) que não há motivação para a valoração da penalidade de multa; e (VI) que não foi demonstrado dano ao meio ambiente;







Proc. E-07/002.5077/2016 Data 0/2/057 20 fle Rubrica

ID.

### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

### II. DA FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 - Das preliminares

## 2.1.1 - Da tempestividade do recurso

A Lei estadual 3.467/2000 determina que o prazo para apresentação de recurso contra decisão que aprecia a impugnação ao auto de infração é de 15 (quinze) dias contados da intimação (artigo 25).

Sendo assim, levando em consideração que SUPLAJNOT/01098095 foi recebida em 14/11/2018 (fl. 54), considera-se tempestivo o Notificação recurso apresentado no dia 29/11/2018.

## 2.1.2 - Da competência para lavratura dos autos de constatação e infração e para análise da impugnação e do recurso

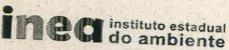
Com relação à competência para a prática dos atos de fiscalização, destacam-se as regras estabelecidas no Decreto Estadual nº41.628/2009 com as alterações promovidas pelo Decreto Estadual nº 46.037/2017, provenientes da deslegalização promovida pelo artigo 131 da Lei 3.467/2000. Contudo, tendo em vista que os atos que compõem o presente processo foram praticados na vigência do Decreto 41.628/2009, seus efeitos ainda subsistem, nos seguintes termos:

Art. 60- A atividade de fiscalização ambiental do Instituto, consistente no controle da poluição, mediante a adoção de medidas de polícia e cautelares, lavratura de autos de constatação e autos de infração será exercida pelos servidores lotados na

II - o prazo para interposição de impugnação;







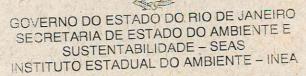
Redação incluída pelo art. 27 da Lei 5.101/2007, in verbis:

Art. 27 - Os artigos 13, 25, 29 e 30, da Lei nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, que fica acrescida de um artigo 24-A, passam a vigorar com a seguinte redação, modificando-se ainda o título da Seção IV do Capítulo II:

Art. 13 - O auto de infração será lavrado com base no auto de constatação e nos demais elementos do processo, pelo servidor ou órgão próprio do Instituto Estadual do Ambiente - INEA ou, quando assim estabelecido em Regulamento, pelo órgão próprio ou pelo titular da Secretaria de Estado do Ambiente. (...)

Rubrica

In.



Coordenadoria de Fiscalização e pelos demais servidores indicados pelo Regimento

- Art. 61- Os autos de infração, que terão por base as informações constantes nos respectivos autós de constatação emitidos pelo servidor competente, serão lavrados:
- I pelo ocupante do cargo de chefia da Agência Regional, no caso de imposição de advertência, multas até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e apreensão, nos limites de sua competência territorial;
- II pela Coordenadoria de Fiscalização, nos demais casos previstos na legislação aplicável.
- Art. 62- As impugnações apresentadas, no prazo de 15 cias contados da intimação, contra os autos de infração serão apreciadas e decididas:
- I pelo Vice-Presidente, no caso dos autos de infração lavrados no caso de imposição de advertência, multas e apreensão;
- II pelo Conselho Diretor, no caso dos autos de infração lavrados no caso de imposição de destruição ou inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, suspensão parcial ou total das atividades, interdição do estabelecimento e restritiva de direitos.
- Art. 63- Da decisão que apreciar a impugnação formulada contra os autos de infração caberá a interposição de um único recurso, no prazo de 15 dias, que será apreciado e
- I pelo Conselho Diretor, no caso das decisões proferidas pelo Vice- Presidente;
- II pela CECA, no caso das decisões proferidas pelo Conselho Diretor.

Assim, considerando a legislação estadual em vigor, verifica-se que os atos praticados no presente processo estão em consonância com a legislação em vigor, eis que o recurso foi apresentado ao Condir, autoridade competente para decidir sobre o recurso ora analisado.

## 2.1.3 - Da ciência da informação requerida

Alega a Recorrente que desconhecia a necessidade de abertura de procedimento para renovação de licença ambiental junto ao Înea.

Todavia, a Outorga nº 002/2009, obtida pela Autuada em 20/05/2009 - cujo prazo de validade expirou em 20/05/2014 - dispõe em seu item 01 que:







Data 02/05/76

D:

### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

"A renovação desta outorga deverá ser requerida no mínimo 90 (noventa) dias antes do vencimento do seu prazo de validade" (fl. 64).

Assim, a Recorrente protocolou junto a esta Autarquia solicitação de renovação de licença ambiental no dia 07/03/2016, ou seja, antes da realização da vistoria, o que configura que a Autuada tinha plena ciência de que a outorga que possuía estava com o prazo de validade expirado (fl. 66).

Portanto, resta demonstrado que a Recorrente tinha total conhecimento da necessidade de renovação da licença ambiental de operação junto a esta Autarquia, motivo pelo qual suas indagações não merecem ser acolhida.

## 2.1.4 - Do respeito aos princípios do contraditório e ampla defesa

Alega a Recorrente que não lhe fora garantido direito ao contraditório e a ampla defesa, pois só tomou ciência do processo no momento em que recebeu o auto de infração no dia 30/08/2017.

No que se refere a tal alegação observa-se que a Lei estadual nº 3.467/00 estabelece em seus artigos 24-A e 25 as hipóteses em que o autuado poderá oferecer defesa ao órgão ambiental, sendo possibilitado o oferecimento de impugnação, face ao recebimento do Auto de Infração, e a apresentação de um recurso, o qual poderá ser interposto contra a decisão que apreciou a impugnação.

Assim, dispõe a lei que a primeira defesa a ser oferecida pela Autuada é a impugnação, a qual poderá ser intentada após o recebimento do auto de infração. Diante disto, vislumbra-se que não cabe a interposição de defesa face ao recebimento de auto de constatação ou notificação, uma vez que os citados documentos não impõem uma sanção ao autuado.

Verifica-se pela simples análise dos autos que a Recorrente foi regularmente notificada das decisões prolatadas e, por conseguinte manifestou-se quanto a estas, tendo



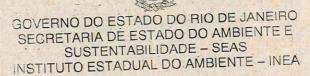




Data / / fls.

Rubrica

ID:



todos seus argumentos devidamente analisados. Ademais, como garantia de acesso à informação, a Autuada pode, a qualquer tempo, solicitar vistas do processo, direito este que nunca lhe fora negado. Corrobora para tal constatação o fato de que no dia 10/12/2018 o representante legal da Recorrente Sr. Antônio Fernandes Moreira deu vistas ao processo (fl. 69).

Portanto, resta demonstrado que foram respeitados em sua integralidade os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa no processo administrativo em tela.

### 2.3 - Do mérito

## 2.3.1 - Da constatação de plena atividade do empreendimento

Declara a autuada que estava com o empreendimento inoperante. No entanto, de acordo com informação constante no Relatório de Vistoria nº SUPLAJRVT13008/16 (fis.04/07), foi constatada a existência de diversos poços em atividade na referida propriedade rural, com suas águas sendo bombeadas para um reservatório que abastece uma tomada d'água.

Foi verificada, ainda, a comercialização de água através de caminhões pipas que estavam realizando abastecimento na área urbana de Saquarema e de outros municípios vizinhos.

Nesta toada, cumpre salientar que tal parecer técnico encontra-se apoiado em farto material fotográfico, inclusive imagem captada por satélite, que demonstra de modo claro e inequívoco o constatado.

Portanto, não merece prosperar a justificativa de que o empreendimento se encontrava com suas atividades suspensas, pois todas as provas apontam para o contrário.



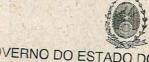




Data 02/05/16 fls

Rubrica

ID:



### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

# 2.3.2 – Da motivação para a valoração da multa e proporcionalidade do valor fixado

Declara a Autuada que o ato administrativo não teria motivação. Afirma que "não se constata os parâmetros utilizados na aplicação da multa", a qual seria "desproporcional", haja vista sua fixação em patamar superior ao mínimo legal previsto, sem considerar a suposta inocorrência de danos ambientais e que jamais teria a Autuada deixado de prestar informações ao órgão ambiental.

Não merece, todavia, prosperar o raciocínio da Autuada. Em verdade, é possível identificar à folha 16 relatório com a ficha das circunstâncias atenuantes e agravantes consideradas para valoração da multa neste caso concreto, assim como os demais aspectos levados em consideração para a imposição de gradação da penalidade, como, por exemplo, a situação econômica da Autuada, considerada empresa de "pequeno-porte". Há, portanto, a devida motivação para a valoração da multa.

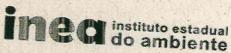
Ademais, cabe esclarecer que a planilha de valoração de multas adotada por esta autarquia é baseada nos valores máximo e mínimo estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.467/2000, não havendo qualquer desproporcionalidade no valor atribuído, o qual se encontra dentro dos parâmetros legais.

Quanto ao princípio da proporcionalidade, Luís Roberto Barroso² o define como uma análise acerca da relação de custo e benefício que se extrai da ponderação entre os danos causados e os resultados obtidos. Esse Princípio que se traduz na apreciação de três requisitos: (i) da adequação, que exige que as medidas adotadas pelo Poder Público se mostrem aptas a atingir os objetivos pretendidos; (ii) da necessidade ou exigibilidade, que impõe a verificação da inexistência de meio menos gravoso para atingimento dos fins visados; e (iii) da proporcionalidade em sentido estrito, que é a ponderação entre o ônus imposto e o benefício trazido, para constatar se é justificável a interferência na esfera dos direitos dos cidadãos.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição. São Paulo: Saraiva, p.209.



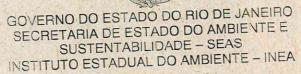




fls. Data

Rubrica

ID:



Em relação à dosimetria da sanção aplicada, Flávio Amaral Garcia<sup>3</sup> conceitua que a Lei que disciplinou as normas gerais de processo administrativo no país, Lei nº 9.784/994, elencou o Princípio da Proporcionalidade como norteador de todo e qualquer processo administrativo, vedando, inclusive, sanções que exacerbassem o estritamente necessário ao atendimento do interesse público, sendo esse, inclusive, o posicionamento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

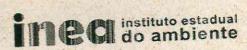
Ainda sobre o tema, o autor supracitado<sup>5</sup> aponta que com a exigência Constitucional de eficiência do administrador, a avaliação dos interesses públicos passam a ser demandas casuísticas, sendo o Princípio da Proporcionalidade um "indutor da eficiência e da economicidade, pois obriga o gestor a avaliar a razoabilidade da medida adotada, comparando-a com outras alternativas possíveis e viáveis, proporcionando uma avaliação mais objetiva e calcada na efetivação do resultado que maximize o atendimento ao interesse público".

Deve-se, ainda, suscitar que recentemente o Princípio da Proporcionalidade foi introduzido como parâmetro a ser observado por força de Lei, com a disposição do §2º do artigo 226 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, incluído pela Lei nº 13.655/2018, segundo o qual "na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente". 6

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades Paulo reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. § 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.







<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> GARCIA, Flávio Amaral. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. A PRINCIPIOLOGIA NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. Revista Brasileira de Direito Público: RBDP, Belo Horizonte, v. 11, n. 43, p. 9-28, out./dez. 2013.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> O princípio da proporcionalidade também é elencado como norteador de todo e qualquer processo administrativo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, conforme disposição constante do art. 2º da Lei Estadual nº 5.427/2009, a qual estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro (aplicada subsidiariamente na hipótese em tela, haja vista que a Lei 3.467/2000 não aborda o assunto). <sup>5</sup> GARCIA, Flávio Amaral. Licitações e contratos administrativos: casos e polêmicas. 5ª ed. Ed. Malheiros. São

Data 02/05/16 fls

Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEGRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

A Lei Estadual nº 3.467/2000 também prevê, para a imposição e gradação da penalidade, sejam considerados (art. 8º, incisos I, II e III): (i) a gravidade do fato; (ii) os antecedentes do infrator; e (iii) a situação econômica do infrator, não obstante as circunstâncias atenuantes e agravantes da penalidade previstas nos arts. 8º e 9º.

Todos esses requisitos foram devidamente observados pelos agentes do Inea, inclusive a situação econômica da Autuada, classificada como empresa de "médio-porte", conforme se verifica à fl. 16.

Assim, tem-se que ao decidir pela sanção multa simples no valor de R\$ 19.016,45, os agentes do Inea se utilizaram do princípio da proporcionalidade, que norteiam o atuar do administrador, não só quanto à escolha da penalidade mais adequada à infração, mas, também, na dosimetria da sanção aplicada, sendo certo que o valor atribuído situa-se entre os limites previstos na Lei 3.467/2000.

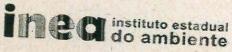
É nesse sentido o entendimento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que ora se transcreve:

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. ANULAÇÃO DE MULTA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. VALOR DA MULTA RAZOÁVEL. DEPROVIMENTO DA APELAÇÃO.

1. Trata-se de ação ajuizada por Município em face do IBAMA, objetivando a desconstituição do Auto de Infração nº 098156, que lhe impôs multa de R\$ 500.000,00 em virtude de realização de obras em área de preservação permanente sem o prévio licenciamento ambiental. [...] 13. É certo, também, que a área onde a obra foi realizada é de Proteção Permanente, conforme demonstrou o laudo de fls. 466/479, que também advertiu sobre a necessidade de prévio licenciamento ambiental, bem como pela existência do dano ambiental em concreto. Apesar disto, o apelado reconheceu que o valor da multa era exorbitante e o corrigiu para R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Tal valor mostra-se razoável, pois conforme o referido laudo de fls. 466/479, verifica-se que o apelante procurou minimizar os danos causados. 14. Quanto à falta de razoabilidade e proporcionalidade da imposição da multa, melhor sorte não resta à parte autora, tendo em vista que o valor fixado pela autoridade ambiental situa-se entre os limites previstos na lei ambiental e guarda compatibilidade com a gravidade cla conduta. De se notar que a esfera judicial não é mera instância revisora das decisões administrativas, devendo restringir-se à análise da legalidade, sob pena de substituir o administrador em seus juízos de conveniência e oportunidade de fixação das penalidades, o que subverte a lógica da separação de poderes. 15. Ademais, não cabe ao Judiciário substituir os



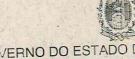




1 Data

Rubrica

ID:



#### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

critérios de oportunidade e conveniência do administrador pelos seus próprios, exceto se houver afronta à legalidade ou diante de decisões teratológicas, o que, a toda evidência, não é o caso em questão. 16. Finalmente, no que tange ao pedido subsidiário de redução do valor da multa, como já dito acima, o seu quantum em patamares razoáveis e já houve redução pela própria autoridade administrativa. Ainda que assim não fosse, não pode o Judiciário, em substituição à autoridade administrativa, alterar o valor da multa, diminuindo ou aumentando o quantum, porque tal medida escapa à sua esfera de competência, na hipótese, limitada, à análise dos princípios que regem a matéria. 17. Os atos administrativos gozam de presunção de legalidade e legitimidade, cabendo ao Apelante o ônus da prova de ilegalidade do auto de infração, o que não ocorreu, visto que não trouxe aos autos quaisquer elementos comprobatórios que pudessem ilidir a aludida presunção. 18. Apelação improvida. (TRF-2 - AC: 0000254-65.2004.4.02.5003 ES Relator: VERA LÚCIA LIMA,

Data de Julgamento: 17/10/2018, OITAVA TURMA)

Conforme esclareceu área técnica às fls. 04/07, ficou constatada "a atividade de extração e comercialização de água bruta subterrânea utilizando diversos poços irregulares e com licença vencida. Infração do art. 64 da lei estadual 3467 de 14/12/2000".

Portanto, o processo em referência comtemplou os parâmetros utilizados na dosimetria da multa, atendendo ao princípio da proporcionalidade, eis que o balizamento considerou as circunstâncias atenuantes e agravantes, além de se encontrar dentro dos limites estabelecidos no art. 64 da Lei 3.467/00.

Não havendo, por outro lado, qualquer argumento capaz de ilidir a caracterização da infração administrativa ambiental de que ora se cuida, forçoso concluir pela subsistência da autuação, com a manutenção da penalidade pecuniária imposta.

## 2.3.4- Da ocorrência de dano

Argumenta a Recorrente que não ocasionou dano ao meio ambiente, uma vez que já desenvolvia a atividade desde 2009.







GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Neste contexto, deve ser destacado o conceito de poluição definido pela Política Nacional de Meio Ambiente 7, o qual foi recepcionado pela Constituição Federal em seu

(L. 6.938/81) Art. 3° - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

- III poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:
- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

Percebe-se que segundo a conceituação legal haverá poluição com a ocorrência de qualquer alteração adversa das características do meio ambiente.

A mesma lei dispõe em seu artigo 10 sobre a obrigatoriedade de solicitação de licenciamento ambiental prévio para as atividades capazes de causar degradação ambiental.

Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.

Neste passo, o artigo 18 da Lei estadual nº 3.239/99 8 estabeleceu que as águas de domínio do Estado, superficiais ou subterrâneas, somente poderão ser objeto de uso após outorga pelo poder público.

Sendo assim, conclui-se que antes da utilização dos recursos hídricos de domínio público do Estado, deverá ser solicitada a outorga de uso, para que o órgão ambiental avalie a possibilidade de realização da captação.

<sup>8</sup> Art. 18 - As águas de domínio do Estado, superficiais ou subterrâneas, somente poderão ser objeto de uso após





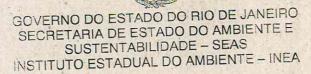


<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Instituída pela Lei n. 6.938/81

Data / / fls

Rubrica

ID:



No caso em tela, verifica-se que quando da realização da vistoria pelos fiscais desta autarquia, a recorrente não possuía autorização para executar a atividade. Conforme afirmado pela própria autuada, a mesma possuía autorização ambiental, porém com o prazo de validade expirado.

Portanto, resta configurada a ocorrência de dano ao meio ambiente à medida que se constatou exploração de atividade econômica a revelia da pertinente outorga ambiental do Estado.

## 2.3.4 - Da possibilidade de conversão da multa

Por fim, no que tange ao pedido de conversão do valor da multa em serviços ambientais, cumpre ressaltar que a fixação da penalidade a ser imposta ao infrator é matéria que transcende aos limites de uma análise meramente jurídica, adstrita que é esta ao exame da legalidade dos atos.

Isto porque a decisão concernente ao requerimento apresentado se insere no juízo de mérito administrativo, consistente na escolha da sanção administrativa mais adequada para o caso concreto, dentre as legalmente admissíveis.

Destaca-se que é possível à parte tentar a celebração de um TAC, com vistas à suspensão de exigibilidade da referida multa e a conversão em prestação de serviços, segundo o artigo 101 da Lei Estadual n. 3.467/2000:

Art. 101 - As multas aplicadas com base nesta Lei poderão ter a sua exigibilidade suspensa, mediante a celebração de termo de compromisso ou de ajuste ambiental, a exclusivo critério do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, obrigando-se o infrator à adoção de medidas específicas para fazer cessar a degradação ambiental, sem prejuízo das demais medidas necessárias ao atendimento das exigências impostas pelas autoridades competentes.

§ 6° - O termo de compromisso ambiental poderá estipular a conversão parcial ou total das multas aplicadas em serviços de interesse ambiental ou na realização de obras de preservação, melhoria e recuperação da

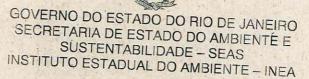






Data 62/8 / 76 fls

Rubrica/



qualidade do meio ambiente, sem prejuízo das medidas previstas no "caput" deste artigo.

Com base no § 6° do art. 101, o Decreto nº 46.268/18 dispõe que as multas aplicadas na Lei Estadual n. 3.467/00 poderão ter a sua exigibilidade suspensa, mediante a celebração de termo de compromisso ou de ajuste ambiental, a exclusivo critério do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, obrigando-se o infrator à adoção de medidas específicas para fazer cessar a degradação ambiental, sem prejuízo das demais medidas necessárias ao atendimento das exigências impostas pelas autoridades competentes.

Assim, esta especializada não vislumbra óbice jurídico à conversão do valor da multa na celebração de termo de compromisso ou de ajuste ambiental, devendo esta decisão ser tomada pelo Ilmo. Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

Caso esta Autarquia concorde com tal conversão, recomenda-se, antes do envio do processo à SEAS, que o corpo técnico do Inea analise a viabilidade da proposta e se manifeste sobre o projeto de interesse ambiental apresentado, para agilizar a decisão final do Secretário

### II. DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, conclui-se que:

- (i) O recurso é cabível e tempestivo, haja vista estar em consonância com o prazo fixado no artigo 25 da Lei Estadual nº 3.467/2000;
- (ii) Considerando a legislação estadual em vigor, verifica-se que os atos praticados no presente processo estão em consonância com as normas sobre competência e procedimento;







Data / / fls

Rubrica

ID:

### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

- (iii) As alegações da Autuada não merecem ser acolhidas, tendo em vista que ficou comprovado que a Recorrente incorreu em violação ao artigo 64 da Lei estadual nº 3.467/2000, não logrando êxito em comprovar suas alegações;
- (iv) O processo em referência indicou os parâmetros utilizados na valoração da multa, atendendo ao princípio da motivação e da proporcionalidade, eis que o balizamento considerou as circunstâncias atenuantes e agravantes (fl. 16), além de se encontrar dentro dos limites estabelecidos no art. 64 da Lei 3.467/00;
- (v) Em relação à conversão do valor da multa na prestação de serviços de interesse ambiental, esta especializada não vislumbra óbice jurídico, devendo esta decisão ser tomada pelo ilmo. Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, nos termos do art. 101 da Lei Estadual 3.467/00;
- (vi) <u>Caso esta Autarquia concorde com tal conversão</u>, recomenda-se, antes do envio do processo à SEAS, que o corpo técnico do Inea analise a viabilidade da proposta e se manifeste sobre o projeto de interesse ambiental apresentado, para agilizar a decisão final do Secretário;
- (vii) Por fim, consigna-se a competência exclusiva do Conselho Diretor para decidir a questão posta, avultando que o parecer emanado por esta Procuradoria tem caráter opinativo e, portanto, não gera vinculação;

Destarte, entendemos pelo conhecimento do recurso, opinando, no mérito, por seu desprovimento.

É o parecer que submeto à apreciação de V.Sa., s.m.j.

Guilherme Teixeira Araujo

Assessor Jurídico / ID funcional nº 5073427-0

GEDAM / Procuradoria do INEA







Data 02/05/1

ID:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

#### **VISTO**

APROVO o Parecer nº 10/2019 - GTA, que opinou pelo conhecimento do recurso administrativo interposto por Agropecuária Águas de Saquarema Ltda, eis que cabível e tempestivo e, no seu mérito, por seu desprovimento.

Devolva-se à DIPOS, para adoção das medidas necessárias tendentes à continuidade do procedimento administrativo.

Rio de Janeiro,

de fevereiro de 2019.

Rafael Lima Daudt d'Oliveira

Procurador do Estado Procurador-Chefe do INEA







